

Ajuste fiscal mais frouxo

■ FMI permite ao governo reduzir limite de despesas e libera R\$ 4 bi para 2001

AZELMA RODRIGUES

BRASÍLIA – O governo anunciou que terá uma sobra de R\$ 4 bilhões para gastar em 2001, um ano pré-eleitoral. Ficou acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a redução da meta de superávit primário (receitas menos despesas exceto juros) de 3,35% para 3% do Produto Interno Bruto (PIB), que mede o total de riquezas do país. Isso significa R\$ 4 bilhões adicionais que o governo poderá gastar com investimentos em programas sociais, por exemplo. Esse dinheiro teria que ser economizado para pagar juros da dívida pública, se não houvesse a revisão do critério de desempenho com o FMI.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, deu a “notícia boa”, justificando que “não é uma tentativa de abrir espaço para gastos”. Segundo Malan, o governo fez cálculos e chegou à conclusão que seria “desnecessário” impor mais sacrifícios à sociedade. O objetivo principal, que é a redução da necessidade de endividamento do setor público como um todo, segundo Malan está sendo obtido. “De forma alguma, significa afrouxamento do ajuste fiscal”, afirmou Malan.

Cortes – As novas projeções do governo indicam que a dívida líquida do setor público, hoje em R\$ 542 bilhões ou 47,04% do PIB, ficará no fim de 2001 abaixo da meta prevista de 46,5%. Na nova versão, essa relação será de 45,9%

do PIB. É por esse indicador que os economistas medem se, de fato, o governo está cortando gastos como se propôs. Significa que o governo está pagando parte dos juros da dívida com receita própria.

“Essa revisão reflete a trajetória de queda das taxas de juros e a estabilidade do câmbio”, explicou o ex-ministro Mailson da Nóbrega, para quem o FMI não está preocupado de que forma o governo gasta ou não. “A discussão com o Fundo é fria. Se o câmbio disparar, por exemplo, eles voltarão a exigir superávits maiores”, afirmou Mailson. Com juros em queda, houve uma redução no serviço da dívida.

Farra – Malan disse ainda que a revisão é fruto das metas cumpridas com o FMI por sete meses consecutivos. Mas um indicativo de que o governo não pretende voltar à farra fiscal é a meta de superávit primário de 2,7% do PIB para 2002, ano seguinte ao fim do acordo com o FMI. “Não abrimos mão da austeridade”, disse o ministro.

O ministro do Planejamento, Martus Tavares, disse que somente na proposta do Orçamento que mandará ao Congresso no fim deste mês, estará explicitada a aplicação da sobra de recursos. Os R\$ 4 bilhões ficarão para o governo central e não será extensiva aos governos regionais e estaduais, que terão que gerar o equivalente a 0,75% do PIB em superávits primários.